

COMO O IDESP PODERIA AJUDAR NA AGRICULTURA PARAENSE

Alfredo Kingo Oyama Homma¹

O novo Idesp, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, superada a fase de expectativa pelo qual foi recriada, tem uma árdua tarefa do reconhecimento como uma instituição prestadora de serviços para a sociedade paraense. Um Idesp como fonte de informação sócio-econômica, fornecendo uma constante radiografia da situação sócio-econômica de produtos e atividades, oportunidades de investimentos para empresários, para subsidiar nas decisões de planejamento municipal, estadual e federal. A sociedade paraense precisa dispor de estratégias versáteis, ágeis e adaptáveis descobrindo a sinergia do futuro, do que a de prever o futuro, este último mais como tarefas inerentes a cartomantes. Um Banco de Dados que tenha condições de servir para elaborar propostas que atenda aos interesses do Estado do Pará, da Amazônia e do país.

Um Idesp que tenha pleno conhecimento da situação dos seus recursos naturais: floresta; minérios; recursos hídricos; flora e fauna, com capacidade de indicar políticas de conservação e de preservação. Um novo Idesp que promova a coleta de dados econômicos e sociais, com a sua disponibilização e a democratização consiga promover o desenvolvimento dos municípios paraenses, a melhor alocação dos recursos disponíveis, beneficiando o cidadão, razão de ser da instituição.

O novo Idesp deve, portanto, inserir em um novo nicho de atividades, no qual competem as instituições de pesquisa e Universidades já instaladas e de instituições de desenvolvimento, das organizações não-governamentais (ONGs) voltadas para atividades de pesquisa e das entidades produtivas organizadas que dispõem de suas próprias estatísticas sociais e econômicas. O Idesp tem uma história (1961-1999) que, no apogeu, diversos estudos elaborados pela instituição foram importantes fontes de consulta do mundo acadêmico nacional e internacional, sintetizada pelas suas publicações e das edições especiais da revista Pará Desenvolvimento, cujo primeiro número foi lançado em 1965. Infelizmente, a não sintonia com as mudanças de um novo quadro que se delineava, como a criação de ONGs, das instituições de pesquisa com recursos humanos mais bem treinados, fizeram perder o espaço que havia sido conquistado.

Como uma fênix da mitologia grega, o Idesp será admirado e respeitado pelo sucesso que alcançar, sobretudo em meio a grandes dificuldades. Ao não-cumprimento desses objetivos a resposta da sociedade será a indiferença e o descaso, sem a tolerância para os principiantes. O Idesp deve produzir dois frutos: planejadores mais competentes e conhecimento. Medimos a sua importância e o seu talento em termos destas duas dimensões e da capacidade de arriscar-se em novas empreitadas e fazer bem o cotidiano. Esforço e criatividade é a mola mestra de qualquer instituição de

¹ Eng. Agrônomo, D.Sc. em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, e-mail: homma@cpatu.embrapa.br

planejamento e toda ela deve ser temperada com disciplina e solidariedade. Quem pode destruir novamente o Idesp são seus próprios pesquisadores e dirigentes e ninguém mais.

O NOVO IDESP E A AGRICULTURA PARAENSE

Na Amazônia um elenco de produtos não existe oficialmente na perspectiva das estatísticas oficiais, apesar da sua importância regional. Podemos mencionar como exemplos o jambu, cupuaçu, bacuri, uxi, taperebá, tucumã, pau-rosa, plantas medicinais, aromáticas, uma extensa lista que abrange dezenas de produtos, que são importantes na estratégia de renda e emprego de comunidades interioranas e na cadeia produtiva regional. São os produtos invisíveis que precisam tornar visíveis, no qual o Idesp precisa iniciar o processo de coleta de informações, para subsidiar o planejamento, estimular mercados, etc. Outros produtos importantes, como a madeira, castanha-do-pará, açaí, no qual as estatísticas disponíveis são precárias e pouco serve para um planejamento mais aprofundado dessas cadeias produtivas.

Entendemos que o zoneamento econômico-ecológico (ZEE) deve ser sempre aperfeiçoado, decorrente da dinâmica das populações, mudança de mercados, novas políticas de créditos, novas políticas públicas, entre outros. Nesse sentido o Idesp, em consonância com as diversas instituições estaduais e federais, deve procurar aperfeiçoar o ZEE, em termos de escala, localidades, territórios, etc. Como a aspiração nacional e mundial é a de reduzir os desmatamentos e as queimadas na Amazônia, o planejamento estadual deve estar atuante para promover a utilização das áreas desmatadas e a recuperação das áreas que não deveriam ter sido desmatadas.

O planejamento municipal, razão de ser do setor agrícola paraense, necessita de adaptação de softwares específicos para efetuar diagnósticos rápidos dos municípios, já em uso nos Estados mais desenvolvidos do país. Este diagnóstico é importante para ajudar no planejamento do uso da terra, orientar a produção agrícola que apresente maiores vantagens competitivas, localização de agroindústrias, exploração de minérios sociais, como o calcário, melhoria da malha viária, entre outros aspectos.

Segundo Estado da Federação em dimensão de área e superior a de vários países europeus, com diferentes ecossistemas, com dificuldades de acesso, precisa vencer o desafio da democratização das informações sobre tecnologia agrícola, mercados, saúde, segurança pública, entre outros. No caso de técnicas agrícolas, a extensão rural precisa ser aperfeiçoada com a utilização de processos mais rápidos, eficientes e de custos mais reduzidos como o uso da Internet.

A inter-relação planetária da Amazônia não pode ser negligenciada nas novas diretrizes do Idesp. Isto diz respeito com as relações de causa-efeito das questões ambientais, de mercado e geopolíticas. A expansão da cana-de-açúcar, no Sudeste do país, para a produção de álcool tende a expulsar a pecuária e a lavoura de laranja dessas áreas e o consumo de milho nos Estados Unidos, também para a produção de álcool combustível, produzem reflexos na Amazônia. Os problemas da Amazônia, portanto, não são independentes, isso indica que muitas soluções sobre desmatamentos e queimadas estão fora da região, como a pobreza do Nordeste, as necessidades crescentes de energia, minérios, carne, madeira, de outras partes do país e do mundo. É interessante observar que o cacau e a seringueira, duas espécies nativas da Amazônia, contribuem para o desenvolvimento agrícola de outras regiões tropicais onde estas culturas foram introduzidas e, hoje somos importadores desses produtos. Somente com instituições de planejamento, pesquisa e de assistência técnica do mais alto nível - bem dotada de recursos humanos e financeiros - será possível aproveitar o potencial agrícola da Amazônia.

Na Amazônia as alternativas tecnológicas que ainda não aconteceram, atrapalham a busca de um desenvolvimento mais adequado. Entre outras ações, há necessidade de triplicar o número de pesquisadores e recursos para ciência e tecnologia e gerar alternativas de renda e emprego. A extinção do desmatamento é possível com o aproveitamento parcial da área desmatada superior a três Estados do Paraná, mas com o produto interno bruto (PIB) equivalente a uma vez e meia desse Estado. Uma boa política agrícola para Amazônia é mais importante para resolver os problemas ambientais do que a própria política ambiental. As terras para serem cultivadas existem e já foram desmatadas, portanto, nenhuma árvore precisa ser jogada no chão.

O Idesp precisa ter a capacidade mediadora para encontrar soluções e resolver problemas que apresentem interface com diversos atores políticos, sociais e econômicos. Essas soluções, apoiadas com estudos, realização de seminários, entre outros, dizem respeito à questão do lixo urbano envolvendo diversos municípios, do manejo dos rios da calha do rio Amazonas e de outras bacias que cruzam diversos municípios, Estados e até de países. Há necessidade da formação de um condomínio dos Estados e países nos quais a bacia do rio Amazonas tem as suas nascentes e onde atravessa.

No item das possibilidades do setor agrícola apresenta multiplicidade de potencialidades, no quais o Idesp poderia contribuir como mediador das instituições públicas estaduais e federais, produzindo estudos que procurem realçar:

1) Redução dos desmatamentos e queimadas

Toda política pública para a Amazônia deve estar voltada para a utilização parcial de mais de 72 milhões de hectares (2007) que já foram desmatados e constituem a Segunda Natureza. Esta área é três vezes a do Estado do Paraná ou mais que a soma dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas com o PIB inferior ao do Rio Grande do Sul, o que mostra o potencial agrícola que poderia ser obtido transformando em uma Terceira Natureza, com a aplicação correta de práticas agrícolas e de atividades adequadas. A floresta original é a Primeira Natureza. Esta utilização fica neutralizada se for mantida a contínua formação de berçários de áreas desmatadas e da desmoralização deste conceito como vem ocorrendo.

2) Recuperar áreas que não deveriam ter sido desmatadas

Nos 72 milhões de hectares que já foram desmatados, grande percentual ocorre em áreas que não deveriam ter sido derrubadas, tais como margens de rios (Amazonas, Xingu, Tapajós, Tocantins, Araguaia, Guamá, etc.), áreas montanhosas ou pedregosas, etc.

3) Enfocar a biodiversidade do presente e do passado, em vez da imaginária

É interessante verificar a facilidade com que a Amazônia, ao longo da sua História, tem sido envolvida em mitos e fantasias acerca de suas potencialidades e mistérios. Podemos afirmar que o primeiro grande mito surgiu com a obsessão da busca da Fonte da Juventude, por Juan Ponce de León (1474-1521), que veio na segunda viagem de Cristóvão Colombo (1451-1506), em 1493. Juan Ponce de Leon, até a sua morte, em Cuba (1521), descobriu Porto Rico (1506) e a Flórida (13/03/1513), procurou tenazmente encontrar a Fonte da Juventude. Outro mito que os exploradores espanhóis se dedicaram foi à busca do El Dorado, nos séculos 16 e 17, acreditando sobre a existência de fabulosas cidades de ouro e prata, transmitidas pelas lendas dos incas, astecas e maias. Sem dúvida que esses mitos foram importantes para a ampliação do

conhecimento sobre a geografia, da flora e da fauna e, também, para realimentar ainda mais os mistérios sobre a Amazônia. A primeira descida do rio Amazonas, que recebeu o seu batismo, pela expedição de Francisco Orellana (1541/1542) foi na crença da busca de riquezas impulsionadas pelo mito do El Dorado. Há necessidade de dar atenção concreta para a biodiversidade do presente e do passado e retirar a concepção abstrata da biodiversidade do futuro.

4) Novas atividades – tenham mercado e sejam lucrativas

Há necessidade de investimentos em atividades que dêem dinheiro, que sejam competitivas, fiscalizadas e promovam a exploração racional do que já foi devastado. Podemos mencionar algumas delas como exemplos para a geração de renda e emprego:

- Duplicar a área plantada de cacau na Transamazônica, nos próximos cinco a dez anos, pois não justifica o país importar 1/3 do seu consumo e provocar evasão de divisas que chega a 120 milhões de dólares anuais. Melhorar a qualidade do cacau, estabelecer sistemas agroflorestais apropriados, utilizar clones mais produtivos, etc.;
- A produção nacional de óleo de dendê abastece apenas do 1/3 do consumo aparente, indicando a necessidade de triplicar a atual área em produção estimada em 60 mil hectares. Se considerar a opção como biodiesel com 2 % de mistura seria necessário dispor de mais 200 mil hectares. Dessa forma, a área potencial para o plantio de dendê para atender a demanda de curto prazo seria de 320 mil hectares. A produção brasileira de óleo de dendê é inferior a de Países vizinhos como Colômbia e Equador;
- Expandir a produção de seringueira, no qual o país importa 65 % do seu consumo, que nos últimos dez anos implicou na importação de 1,2 bilhão de dólares, com quantidades que chegam a quase 200 mil toneladas anuais. Apresentam tendência de crescimento e, em longo prazo, com o esgotamento do petróleo, o país não pode ficar dependente de importações do Sudeste asiático de um produto originário da Amazônia e que deve ser efetuado com as mais modernas técnicas para contornar o mal-das-folhas;
- Fazer uma nova pecuária, com maior produtividade das pastagens e do rebanho visando atender mercado de carne para Manaus e Macapá, ambos com pequeno parque produtivo agrícola e, para outros Estados da Federação e, para exportação. A sanidade e a qualidade do rebanho são outras variáveis que não podem ser desprezadas;
- A exportação de ferro gusa em 2006, de 3,5 milhões de toneladas pelo Pólo Carajás, indica de que é necessário o corte anual de 120 mil hectares de eucaliptos ou de outras espécies madeireiras de rápido crescimento para a produção de carvão vegetal;
- Reflorestamento com espécies madeireiras nobres (mogno, teca, cedro, cerejeira, etc.), de rápido crescimento para chapas e compensados e para produção de energia, uma vez que nas próximas décadas torna-se cada vez mais difícil obter madeira de florestas nativas. O discurso do manejo florestal não deve servir de apanágio para retardar essa opção e de duvidoso resultado a médio e longo prazo, das áreas de domínio público ou de propriedade comum, mediante concessões florestais, manejo florestal comunitário, etc.;
- Plantio de pau-rosa que, no auge, chegamos a exportar 444 toneladas (1951) e no momento as exportações estão na faixa de 32 toneladas e o preço do óleo essencial está em torno de R\$ 160,00 – 200,00/litro. Isso indica que poderia gerar US\$ 16 milhões de dólares, com plantios que permitissem cortes

anuais de 30 mil árvores/ano, para exportar a quantidade máxima extraída na década de 1950. Outros produtos que devem merecer atenção são o cumaru, timbó, copaíba, andiroba, novos produtos da biodiversidade, etc.;

- O bacuri, apesar do crescimento do mercado, toda a oferta é extrativa indicando que já devíamos estar com área plantada semelhante a do cupuaçu, com mais de 25 mil hectares cultivados. Podemos transformar o Nordeste Paraense em um grande centro produtor de bacuri;
- Considerar como mercado cativo da agricultura familiar aquelas atividades que sejam altamente intensivas em mão-de-obra em alguma fase do processo produtivo como adequadas para a agricultura familiar. Destacamos neste sentido, plantio de fruteiras como cupuaçu, pupunha, cacau, açaí, pimenta-do-reino, pecuária leiteira, dendê, hortaliças, etc.;
- *Segurança alimentar* – A busca de auto-suficiência alimentar, para produtos que podem ser produzidos no próprio local, tais como arroz, milho, feijão, farinha, leite, ovos, carne, hortaliças, etc.;
- Outras oportunidades se apresentam para a soja, cana-de-açúcar, algodão e fruticultura, como açaí, uxi, pupunha, hortas peri-urbanas, etc.

5) Lixo urbano

Aproveitamento do lixo urbano dos principais núcleos populacionais do Estado do Pará, como Belém, Santarém, Altamira, Castanhal, Marabá, para a fabricação de compostagem, reduzindo a poluição nos mananciais de água, formação de lixões, etc. e seu aproveitamento na recuperação de áreas degradadas. Os rios Xingu, Tocantins/Araguaia, Tapajós e a calha do rio Amazonas, não podem ser transformados em canais de esgotos das cidades situados ao longo do seu trajeto. Precisamos fazer um condomínio dos países e dos Estados da calha do rio Amazonas e seus afluentes.

A GUIA DE CONCLUSÕES

O elenco de atividades nos quais o Idesp poderia atuar é extenso e não se pode criar uma expectativa exagerada logo no início, sob o risco da sua descrença. Devemos ter a paciência, para que dentro dos próximos anos, o Idesp seja reconhecido no imaginário da sociedade, como um órgão no qual os paraenses podem obter informações específicas e de qualidade.

Nos últimos 55 anos, o país assistiu a quatro grandes revoluções tecnológicas desenvolvidas por pesquisadores nacionais. A criação da Petrobrás em 1953 levou ao domínio da tecnologia de exploração de petróleo em mares profundos e o país alcançou a auto-suficiência em 2006. A criação da Embraer em 1969 levou o país a desenvolver aeronaves visando atender mercados regionais, com procura internacional. A criação do Proálcool, em 1975, mostrou a capacidade brasileira de desenvolvimento de motores a álcool e a produção de um combustível alternativo não poluente em grande escala. A fundação da Embrapa em 1973, que em conexão com Universidades e Institutos de pesquisa localizados no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, levaram ao domínio de técnicas agrícolas que possibilitaram a conquista do cerrado, transformando-o no maior celeiro de grãos do país. Há necessidade de que uma quinta revolução tecnológica no país, se dê sobre a Amazônia, visando o domínio da sua biodiversidade, atividades mais apropriadas e encontrar novas alternativas econômicas.

Todo o planejamento agrícola deve estar voltado para a redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia. Isto vai depender da utilização parcial dos 72

milhões de hectares que já foram desmatados, superior aos 57 milhões cultivados no país, promovendo a conservação através do seu uso. Há necessidade de aumentar a produtividade, tanto da terra como da mão-de-obra, como a maneira de reduzir a utilização dos recursos naturais com a contínua incorporação de novas áreas derrubadas e queimadas. O problema não está com as plantas ou animais, mas com os sistemas adotados pelos produtores. Se o desmatamento for inevitável por razões de obras infra-estruturais, estas deverão ser efetuadas mediante compensação ecológica.

A unificação da República Federal da Alemanha e da República Democrática da Alemanha (antiga Alemanha de Leste), ocorrida em 1990, depois da queda do muro de Berlim, a 9 de novembro de 1989, implicou para a Alemanha Ocidental em um aumento de um terço de território, um quarto de população e um sexto de PIB. Mas para equilibrar as duas economias como no principio dos vasos comunicantes, o governo de Helmut Kohl (1982-1998, democrata-cristão) criou o imposto da solidariedade, que arrecadou US\$ 1 trilhão em uma década, valor que foi revertido para a transformação da Alemanha Oriental em Ocidental. As empresas da Alemanha Oriental apresentavam baixa produtividade e eram obsoletas e havia um estrago ambiental que os alemães orientais haviam camuflado. Adequar as empresas aos padrões ambientais da Alemanha Ocidental também causou gastos muito maiores do que se imaginava. É nesse sentido, que a perspectiva sobre a Amazônia deve ser observada na sua inserção a economia nacional, procurando equilibrar com as regiões mais desenvolvidas do país.

Não se pode conceber a inclusão social quando se sabe que no Estado do Pará apenas 39 % das propriedades rurais possuem energia elétrica ou somente 11,11 % das estradas federais, estaduais e municipais estão asfaltadas. Neste contexto, grandes projetos como a CVRD, Petrobrás, Alunorte, Eletronorte, Mineração Rio do Norte, Albras, Pará Pigmentos S.A., Sococo, Agropalma, grandes frigoríficos e laticínios, entre outros, não podem ficar adotando posturas egoístas, de privilegiar apenas os locais de atuação direta, mas apresentem responsabilidade por um vasto território, no qual uma parcela do lucro deveria ser investido em projetos de pesquisa, extensão rural, construção de pontes e estradas, fornecimento de tecnologia, etc. O desenvolvimento sustentável é impossível, mas o desenvolvimento mais sustentável é possível.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- DALY, H. E. Crescimento sustentável: uma incongruência. **Desenv. de Base**, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 35, 1991.
- HOMMA, A. K. O. Agricultura familiar na Amazônia: a modernização da agricultura itinerante. In: SOUSA, I. S. F. (Ed.). Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2006. p. 37-60. 434 p. ISBN 85-7383-379-3.
- HOMMA, A. K. O.; RITA, A. A.; MELLO, S. A.; FRANCO, A. A. Brazil: Governance of Food Security, with Reference to Farming in the Tropical Rainforest Areas of Amazonia. In: ASWATHANARAYANA, U. (Ed.). **Food and Water Security**. London: Taylor & Francis, 2007. p. 273-291.
- HOMMA, A. K. O. Amazônia: manejo ou reflorestamento? **Opiniões**. Ribeirão Preto, p. 44, jun. - ago. 2007.

HOMMA, A. K. O. Trinta e cinco anos da Transamazônica: quais os rumos? In: SEMANA DE INTEGRAÇÃO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 5., 2007, Altamira, PA. **Anais...** Altamira: UFPA, 2007. p. 203-222.

TOURINHO. M. M. Comunicação pessoal. Belém, 09/03/2006.